SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 28ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

04/07/2022
SEGUNDA-FEIRA
às 14 horas

Presidente: Senador Humberto Costa
Vice-Presidente: Senador Fabiano Contarato

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM

28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

segunda-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater sobre: "Violência política, com foco na defesa da Democracia e do Sistema Eleitoral".	**8**

(20)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES				SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)						
Rose de Freitas(MDB)(8)(32)(49)	ES	3303-1156 / 1129	1	Nilda Gondim(MDB)(8)(12)(49)	PB	3303-6490 / 6485
Eduardo Velloso(UNIÃO)(12)(68)(49)	AC	3303-2115 / 2119 / 1652	2	VAGO(13)(15)(9)(12)(37)(19)(36)(44)(42)		
Vanderlan Cardoso(PSD)(12)(17)(19)	GO	3303-2092 / 2099	3	Luis Carlos Heinze(PP)(13)(22)	RS	3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Mailza Gomes(PP)(14)	AC	3303-1367 / 1347	4	Jarbas Vasconcelos(MDB)(27)(49)	PE	3303-3522
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(24)(32)	RR	3303-5291 / 5292	5	Simone Tebet(MDB)(29)(35)(64)	MS	3303-1128
Rafael Tenório(MDB)(70)(62)	AL	3303-2261	6	VAGO		
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB)						
Eduardo Girão(PODEMOS)(7)(46)	CE	3303-6677 / 6678 / 6679	1	Roberto Rocha(PTB)(6)(26)(33)(47)	MA	3303-1437 / 1506
Flávio Arns(PODEMOS)(7)(46)	PR	3303-6301	2	Styvenson Valentim(PODEMOS)(7)(55)(46)	RN	3303-1148
Izalci Lucas(PSDB)(25)(47)	DF	3303-6049 / 6050	3	Rodrigo Cunha(UNIÃO)(67)(38)(47)	AL	
Mara Gabrilli(PSDB)(10)(26)(47)	SP	3303-2191	4	Soraya Thronicke(UNIÃO)(11)(25)(47)(54)	MS	3303-1775
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)						
Irajá(PSD)(1)(40)(43)(45)(41)	TO	3303-6469	1	Carlos Fávaro(PSD)(2)(1)(69)(45)(60)	MT	
Omar Aziz(PSD)(1)(63)	AM	3303-6579 / 6524	2	VAGO(1)(34)(31)		
Daniella Ribeiro(PSD)(66)	PB	3303-6788 / 6790	3	VAGO		
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, PTB)						
Marcos Rogério(PL)(4)	RO	3303-6148	1	Maria do Carmo Alves(PP)(23)	SE	3303-1306 / 4055 / 2878
Chico Rodrigues(UNIÃO)(21)(59)(39)(53)	RR	3303-2281	2	Romário(PL)(57)	RJ	3303-6519 / 6517
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS, PSB, REDE)						
Paulo Paim(PT)(5)(48)	RS	3303-5232 / 5231 / 5230	1	Zenaide Maia(PROS)(5)(16)(48)	RN	3303-2371 / 2372 / 2358
Humberto Costa(PT)(5)(48)	PE	3303-6285 / 6286	2	Telmário Mota(PROS)(5)(48)	RR	3303-6315
PDT(PDT)						
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(56)(51)(61)	AP	3303-6777 / 6568	1	Leila Barros(PDT)(3)(28)(30)(52)(51)	DF	3303-6427
Fabiano Contarato(PT)(3)(52)(51)	ES	3303-9049	2	Eliziane Gama(CIDADANIA)(18)(65)	MA	3303-6741

(1) Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

(2) Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

(4) Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(5) Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

(6) Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

(7) Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

(8) Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

(9) Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº s/n/2019-GLDPP).

(10) Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

(11) Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).

(12) Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).

(13) Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of.nº 125/2019-GLMDB).

(14) Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).

(15) Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).

(16) Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).

(17) Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).

(18) Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).

(19) Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).

(20) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

(21) Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).

(22) Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).

(23) Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).

(24) Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).

(25) Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).

(26) Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
(27) Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
(28) Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
(29) Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
(30) Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
(31) Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
(32) Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
(33) Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
(34) Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
(35) Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
(36) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
(37) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
(38) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
(39) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
(40) Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
(41) Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
(42) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
(43) Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
(44) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
(45) Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
(46) Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
(47) Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
(48) Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
(49) Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
(50) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
(51) Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
(52) Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
(53) Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
(54) Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
(55) Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
(56) Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
(57) Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
(58) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
(59) Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG).
(60) Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD).
(61) Em 11.11.2021, o Senador Randolfe Rodriques foi designado membro titular, pela REDE Sustentabilidade, para compor a comissão (Of. nº 262/2021-GSRROD).
(62) Em 07.12.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 84/2021-GLMDB).
(63) Em 02.02.2022, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-GLPSD).
(64) Em 04.02.2022, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 1/2022-GLMDB).
(65) Em 03.05.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GSEGAMA).
(66) Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 14/2022-BLPSDREP).
(67) Em 24.05.2022, o Senador Rodrigo Cunha licenciou-se até 22.09.2022.
(68) Em 02.06.2022, o Senador Eduardo Velloso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLUNIAO).
(69) Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
(70) Em 21.06.2022, o Senador Rafael Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2022-GLMDB).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 4 de julho de 2022
(segunda-feira)
às 14h

PAUTA

28ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater sobre: "Violência política, com foco na defesa da Democracia e do Sistema Eleitoral".

Observações:

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria 0800 061 22 11.

Requerimento de realização de audiência:

- REQ 6/2022 - CDH, Senador Humberto Costa

Convidados:

Claudia Maria Dadico
Juíza Federal - Secretária do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia - AJD
Presença Confirmada

Edson Ribeiro Baeta
Representante do Coletivo TRANSFORMA MP
Presença Confirmada

Romi Marcia Bencke
Pastora Luterana - Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC
Presença Confirmada

Ana Paula Inglêz Barbalho
Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília - CJP
Presença Confirmada

Mariana Andrade
Coalizão Negra por Direitos
Presença Confirmada

Clara Mota
Juíza Federal, Auxiliar da Presidência do TSE e Secretária da Comissão de Transparência Eleitoral
Aguardando Confirmação

Tânia Oliveira
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD
Aguardando Confirmação

Rita Lima
Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP
Aguardando Confirmação

Everardo de Aguiar Lopes
Entidade Viva Rio
Aguardando Confirmação

Cleide de Oliveira Lemos
Fórum Social Mundial Justiça e Democracia - FSMJD
Aguardando Confirmação

Barack Fernandes
Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC
Aguardando Confirmação

Renata Dutra
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho -ABET
Aguardando Confirmação

Lohany Corona
Federação Nacional dos Estudantes de Direito -FENED
Aguardando Confirmação

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/22814.74100-80 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir de forma ampla e democrática, notadamente em função da proximidade do pleito eleitoral de 2022, a temática da **violência política no País** , que vitima principalmente mulheres, negros e LGBTQIA+, tendo como consequência, além dos potenciais danos físicos e psicológicos às pessoas atingidas, uma ameaça real às instituições democráticas e à regularidade do processo eleitoral.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Exmo. Sr. Carlos Veras, Deputado Federal;
- representante #VoteLGBT;
- representante Movimento Negro Unificado;
- representante Instituto Marielle Franco, autor da pesquisa "Violência Política de Gênero e Raça no Brasil - 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas";
- representante ONU Mulher;
- representante Terra de Direitos, autor da pesquisa "Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020".

SF/22814.74100-80 (LexEdit)

JUSTIFICAÇÃO

Segundo definição oficial do Ministério afeto à matéria[1], entende-se violência política "*como a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. Inclui-se nesta concepção as eleitas, as candidatas aos cargos eletivos, as ocupantes de cargos públicos, as dirigentes de conselhos de classe, de empresas estatais e das entidades de representação política. Em suma: atos sistêmicos de violência com o objetivo de excluir a mulher do espaço político*".

Na verdade, para além da definição oficial, que foca na mulher como principal alvo, a violência política tem classe, tem gênero, tem raça, tem orientação sexual, constituindo-se numa prática inaceitável que vitima diuturnamente sobretudo as mulheres, a população negra e comunidade LGBTQIA+, de modo que precisa ser fortemente combatida pela sociedade e pelas estruturas oficiais do Estado Brasileiro.

Conforme o estudo "Violência Política e Eleitoral no Brasil" publicado pelas entidades Terra de Direitos e Justiça Global, no Brasil registrou-se, em média, um ato de violência política a cada quatro dias. Os dados da pesquisa foram coletados entre janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020 e foram contabilizados 68 assassinatos políticos e 57 atentados. Mais de 60% dos crimes permanece sem solução. Ainda identificados 85 casos de ameaça (31% mulheres), 33 agressões (100% dos autores são do sexo masculino), 59 ofensas com conteúdo discriminatório (76% a mulheres, sendo principal alvo as mulheres negras), 21 invasões e 4 tentativas de criminalização.

Note-se que, conforme a pesquisa indicada, a maioria das mulheres vitimadas pela violência política está na representação Legislativa, o que justifica a mobilização de comissões do Congresso Nacional a elevar o debate sobre tão relevante tema, inclusive para uma boa percepção das causas, das consequências

SF/22814.74100-80 (LexEdit)

e, com isso, a obtenção de consistentes diretrizes para as análises de soluções legislativas, em como de acolhimento de vítimas e encaminhamentos dos casos.

Ainda, conforme análise geral da pesquisa, "sobressaem-se nesses casos o domínio das relações de poder heteropatriarcais nos respectivos episódios coletados e destacados, no sentido da escolha de mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, trans, etc. como vítimas preferenciais, de múltiplas maneiras".

Resulta, portanto de práticas de violência fundadas nas questões de gênero e orientação sexual, assumidamente causadas pela negativa de aceitação e incorporação de novos e novas sujeitos de direito com titularidade da representação política, marcadamente por práticas discriminatórias que reduzem a precípua razão do sistema de representação política, que é a diversidade constitutiva da sociedade para aprofundamento da sua expressão e vivência democrática.

Também o Instituto Marielle Franco tem realizado pesquisas em torno do tema da violência, merecendo destaque na última publicação denominada "Violência Política de Gênero e Raça no Brasil" (2021), mobilizada, em suas próprias palavras, "para a importância da observação em primeiro plano de vivências de mulheres negras, indígenas, quilombolas, mulheres cis, transexuais, travestis, pessoas intersexo e de outras identidades de mulheres invisibilizadas e negligenciadas, sendo o gênero e a raça desencadeadores principais dessa miscelânea de agressões".

Nesta pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas com 11 parlamentares negras vítimas de violência política durante o período de 2021, com o propósito de "qualificar o debate sobre violência política de gênero e raça no Brasil a fim de contribuir para construção de mecanismos de prevenção e enfrentamento a esse tipo de violência no período pré-eleitoral e eleitoral de 2022".

SF/22814.74100-80 (LexEdit)

Desde o processo eleitoral de 2020, com a eleição de candidatos e candidatas representativos de grupos historicamente atacados pela parcela mais conservadora da sociedade brasileira, a violência política tem crescido exponencialmente no País e tende a se agudizar com a aproximação das eleições gerais em outubro deste ano.

Somada aos grandes dilemas da sub-representação, que resiste a efetivar mandatos como um exercício de representação democrática condizente com o espelho da composição da população – considerando a diversidade constitutiva, principalmente quanto ao gênero, raça/etnia - e por entender que a pluralidade na ocupação de assentos, em especial nas Casas Legislativas por todo o país, o combate à violência que vitima exatamente as representantes das parcelas sub-representadas politicamente torna-se um tema fundante para atender aos princípios da igualdade e do combate à discriminação.

O relatório da inédita pesquisa "Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral", publicada pela Gênero e Número, identificou e qualificou incidências ou ameaças de violência contra pessoas LGBT+ ocorridas durante e após as eleições no segundo semestre de 2018 e registra que: "Ao serem indagados/as sobre isso, 83% dos/as participantes alegaram que as violências observadas contra conhecidos/as ou pessoas próximas LGBT+ estavam relacionadas ao contexto eleitoral de 2018".

Essa é uma pesquisa mais ampla, mas que ao conjugar com a ampliação das candidaturas de pessoas LGBTs, a apuração das violências indica resultados expressivos. Nas eleições de 2020, foram 171 candidato/as para Câmara Municipal que declararam o uso de nome social nos seus registros, sendo feminino em 140 candidaturas (81,87%) e 31 masculinas (18,13%). Registre-se uma vitória expressiva de 25 vereadoras trans em diversos municípios de norte a sul do país. Uma interessante inovação que tomou fôlego nas eleições daquele ano e que traz uma carga de representação simbólica muito emblemática, por exemplo, em

SF/22814.74100-80 (LexEdit)

Belo Horizonte/MG foi eleita a primeira trans da capital e foi a mais votada, Duda Salabert – PDT; em Aracaju, em que Linda Brasil-PSOL, mulher trans foi ineditamente a mais votada; o mesmo com a Érika Hilton-PSOL, mais votada no Brasil e Benny Briolly-PSOL de Niterói/RJ.

Se na representação proporcional, numericamente incompatível com a composição populacional, existe uma marca desafiadora porque está relacionada à dimensão patriarcal e racista que concebe hierarquia entre homens e mulheres, entre heterossexuais e não heteroidentificados, entre brancos e negros, indígenas e demais, a violência praticada contra quem assume a candidatura ou um mandato é limitadora da atuação livre nos ambientes públicos e de poder, que acarreta perda de direitos e de investimentos públicos, cerceando a equidade e reduzindo a experiência democrática.

Assim, urge que as autoridades, as instituições e o Estado brasileiro enfrentem essa temática de forma mais contundente.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem um importante papel para contribuir com essa temática, razão pela qual pedimos o apoio de nossos pares, para a realização desta audiência pública.

[1] https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2022.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa